



Principais indicadores de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho

Introdução

Este Boletim tem como objetivo descrever o perfil epidemiológico do quadro acidentário brasileiro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) no período de 2000 a 2013, com base em indicadores selecionados. O RGPS possui caráter contributivo e é de filiação obrigatória. Dentre os contribuintes, estão os empregadores, os empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e trabalhadores rurais. No RPPS, também é compulsória contribuição para o servidor público titular de cargo efetivo do ente federativo que o tenha instituído.

As bases de dados utilizadas foram o sistema CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho); o SUB (Sistema Único de Benefícios) e dados dos servidores da União, todos fornecidos pelo Ministério da Previdência Social - MPS. Como variável descritora para o RGPS foram utilizados os trabalhadores que possuíam registro na carteira de trabalho nos anos do estudo e que sofreram algum tipo de acidente com emissão de CAT (típico, doença do trabalho, trajeto e os sem especificação), bem como todos os segurados que, em função de incapacidade laboral temporária ou permanente, morte ou a indenização do dano, receberam benefícios registrados no SUB. Neste caso, foram utilizados dois grandes grupos de benefícios, quais sejam: acidentários (B91 a B94); e não acidentários (B31).

Para descrição do RPPS, foi construída e trabalhada a variável licença, por qualquer natureza, já que as bases de dados disponíveis não discriminavam e/ou diferenciavam os afastamentos dos servidores que geraram Licenças Médicas seja por Acidentes em Serviço ou Doença Profissional. Por seu turno, os dados populacionais, principalmente para os trabalhadores com carteira assinada, foram extraídos do Ministério do Trabalho e Emprego em meio *online*.

PRINCIPAIS INDICADORES:

1. REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)

⇒ 1.1 COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO (CAT)

Gráfico 01. Distribuição do indicador de incidência (10 mil trab.) anual dos Acidentes de Trabalho (AT) Brasil de 2000 a 2013.

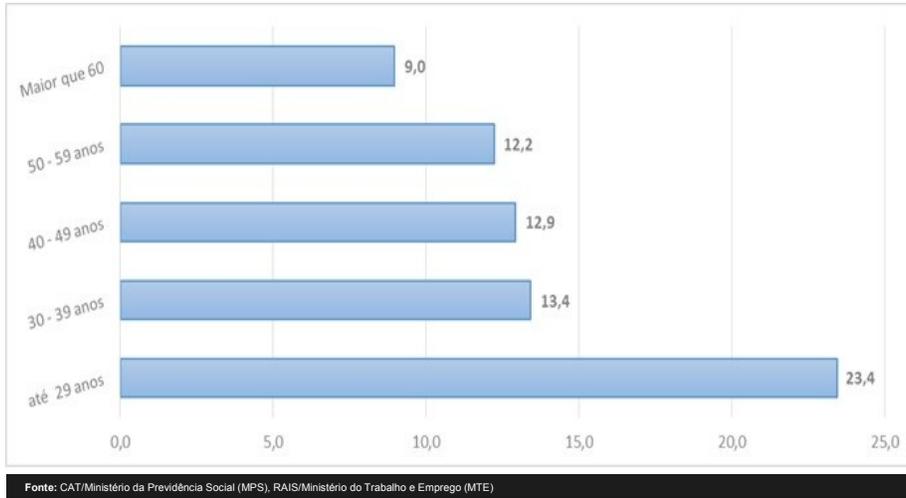


De 2000 a 2013, houve um crescimento da população de trabalhadores com carteira assinada de **77%** no Brasil. Neste período, foram registrados cerca de **7.562.160** Acidentes de Trabalho (AT), uma incidência média anual de **184/10 mil trabalhadores**. Ou seja, de cada 10 mil trabalhadores, 184 sofreram algum tipo de acidente de trabalho. Neste período, houve um incremento de 71% nas notificações de AT no Brasil.

Vale salientar que, de 2000 (81/10mil trab.) a 2008 (246,3/10 mil hab.), ocorre um aumento nos AT, mas, a partir de 2008, estas notificações vem se reduzindo. Em 2013, registrou-se uma incidência da 138,5/10 mil hab.: uma queda de 44% (**gráfico 01**).

A explicação para isso pode estar relacionada tanto à adoção de medidas de prevenção de AT por parte das empresas, como na adoção de critérios administrativos mais rígidos e/ou restritivos na triagem das CATs emitidas. A primeira hipótese aponta para boas medidas de saúde pública e de segurança e higiene no trabalho e a segunda hipótese aponta para uma melhor gestão da Previdência Social.

Gráfico 02. Distribuição do indicador de incidência (10 mil trab.) média anual dos Acidentes de Trabalho por Faixa Etária, Brasil de 2000 a 2013.



O gráfico 02 descreve a incidência média anual dos acidentes de trabalho distribuídos por faixas etárias entre os anos de 2000 a 2013. Em relação às faixas etárias descritas no gráfico, o grupo de idade que mais se destaca é o de jovens de até 29 anos, que registrou uma incidência média anual, entre os anos do estudo, de **23/10 mil trabalhadores**. Isto é, a cada 10 mil trabalhadores deste grupo etário, aproximadamente 23 sofreram algum AT neste período.

Entre os anos da análise, as maiores proporções de AT ocorreram entre os homens (73%), registrando uma incidência média anual de **210/10 mil trabalhadores**. Entre as mulheres esta incidência foi de **131/10 mil trabalhadores** (gráfico 03).

De 2000 a 2013, o coeficiente de mortalidade anual médio dos AT no país foi de **9,3/10 mil trabalhadores**. A cada 10 mil trabalhadores, cerca de 9 pessoas vieram a óbito devido aos AT. De acordo com gráfico 04, no ano de 2000, o coeficiente de mortalidade foi de **14,3/10 mil trabalhadores** e em 2013 este coeficiente foi de **5,2/10 mil trabalhadores**, uma variação percentual de **-0,64**, isto é, uma redução de 64% na mortalidade por AT, no País, neste período. Esta redução segue a mesma linha de pensamento descrito na página 1 deste boletim para a incidência.

Gráfico 03. Distribuição do indicador de incidência (10 mil trab.) média anual e Proporção dos Acidentes de Trabalho por sexo, Brasil de 2000 a 2013.

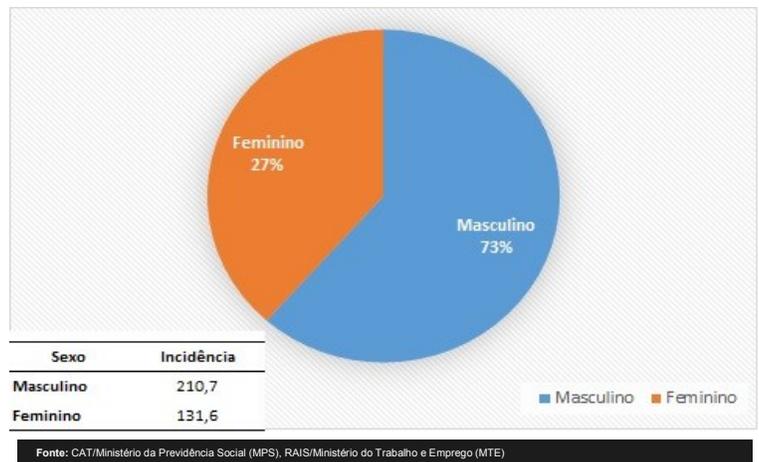
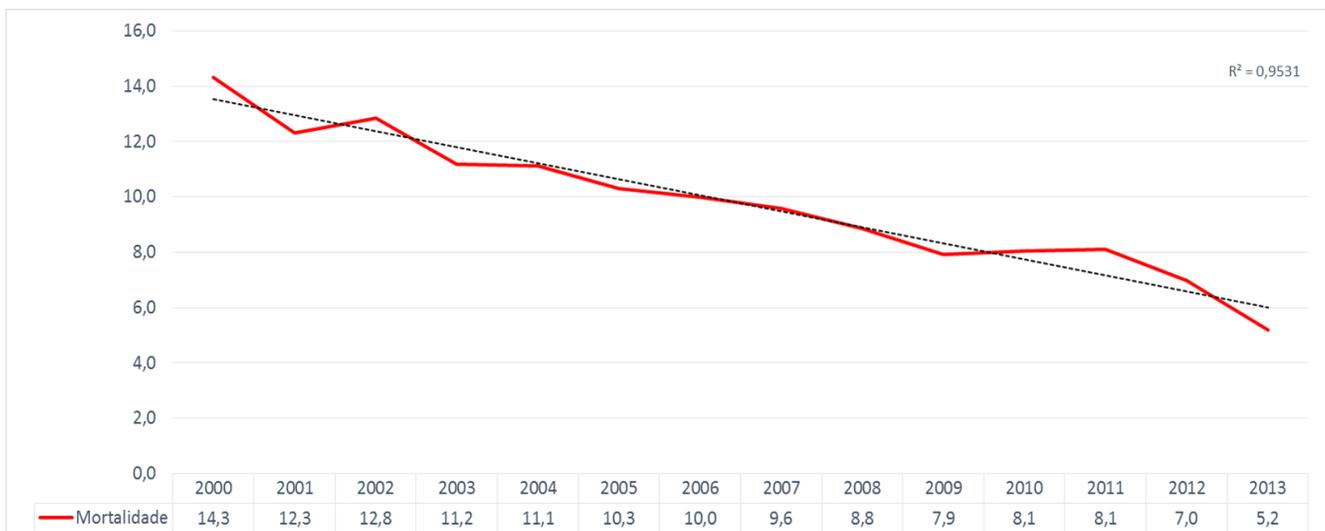
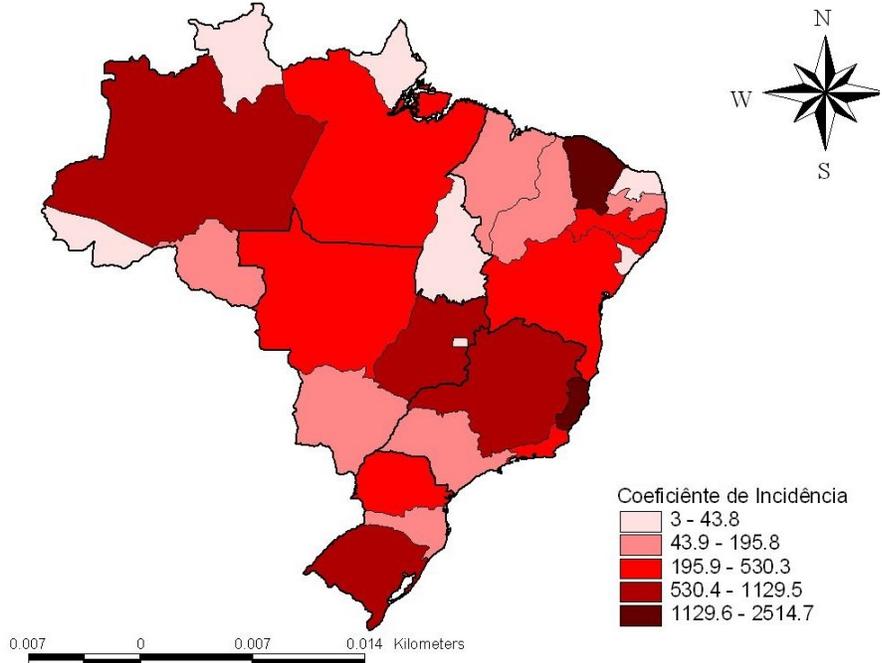


Gráfico 04. Distribuição do indicador de mortalidade (10 mil trab.) anual dos Acidentes de Trabalho, Brasil de 2000 a 2013.



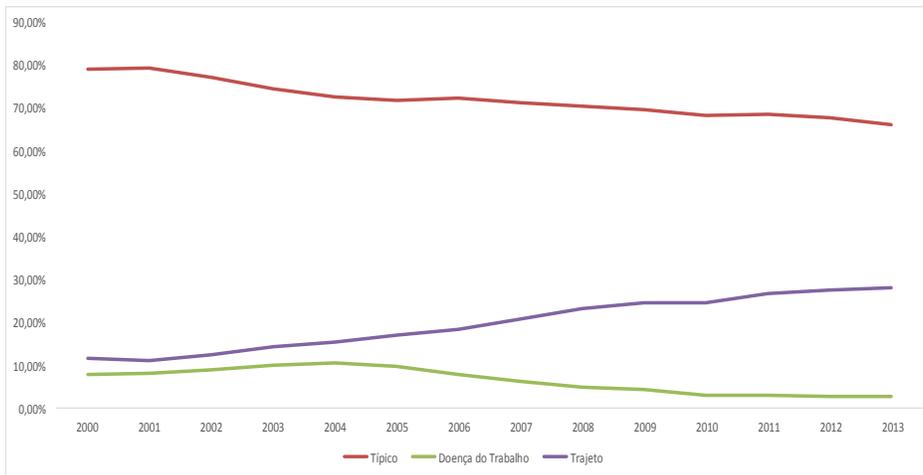
Mapa 01. Distribuição Espacial da incidência (10 mil trab.) média anual dos Acidentes de Trabalho, por Estado, Brasil de 2000 a 2013.

De acordo com o mapa 01, que apresenta a distribuição espacial da taxa de incidência anual média dos AT entre os Estados brasileiros, observa-se que, nos anos de 2000 a 2013, todas as regiões do país possuem estados com taxas de incidências elevadas (na faixa de **530 a 2515/10 mil trabalhadores**). Sendo que os Estados do Espírito Santo, no Sudeste, e Ceará, no Nordeste, possuem as maiores taxas.



Fonte: CAT/Ministério da Previdência Social (MPS), RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Gráfico 5. Distribuição temporal da proporção dos tipos de Acidentes de Trabalho notificados pela CAT nos anos de 2000 a 2013, Brasil.



Fonte: CAT/Ministério da Previdência Social (MPS), RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Nos anos de 2000 a 2013 foram registrados 4.722.406 (62,4%) de AT do tipo “típico”; 347.495 (4,6%) de AT do tipo as “doenças relacionadas ao trabalho” e 926.482 (12,3%) de AT do tipo “trajeto”. Vale salientar que, do total de AT, cerca de 20,7% (1.565.777) não especificou o tipo de AT.

O gráfico 5 destaca a distribuição temporal dos tipos de AT, no período de 2000 a 2013, revelando uma tendência de declínio nos tipos “típico” com -16,0% e “doença de trabalho” com -67,0%, mas também descreve um aumento no tipo “trajeto” com 145,0%, neste período.

A tabela 01 revela as distribuições por tipo de AT entre os sexos entre os anos de 2000 a 2013. Em relação aos homens, a maior proporção foi de acidente Típico, com **79%**, e entre as mulheres a maior proporção foi de doença do trabalho, com um registro de **49%** entre os AT.

Tabela 01. Distribuição da proporção dos Acidentes de Trabalho por Tipo de Acidente e por Sexo, Brasil de 2000 a 2013.

Tipo	Sexo				Total
	Masculino	%	Feminino	%	
Típico	3.711.517	78,6	1.010.776	21,4	4.722.406
Doença do trabalho	176.022	50,7	171.438	49,3	347.495
Trajeto	614.785	66,4	311.680	33,6	926.482

Fonte: CAT/Ministério da Previdência Social (MPS), RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Tabela 02. Distribuição por espécie do Benefício – número, duração e gasto diário da Previdência Social no Brasil no período de 2000 a 2013.

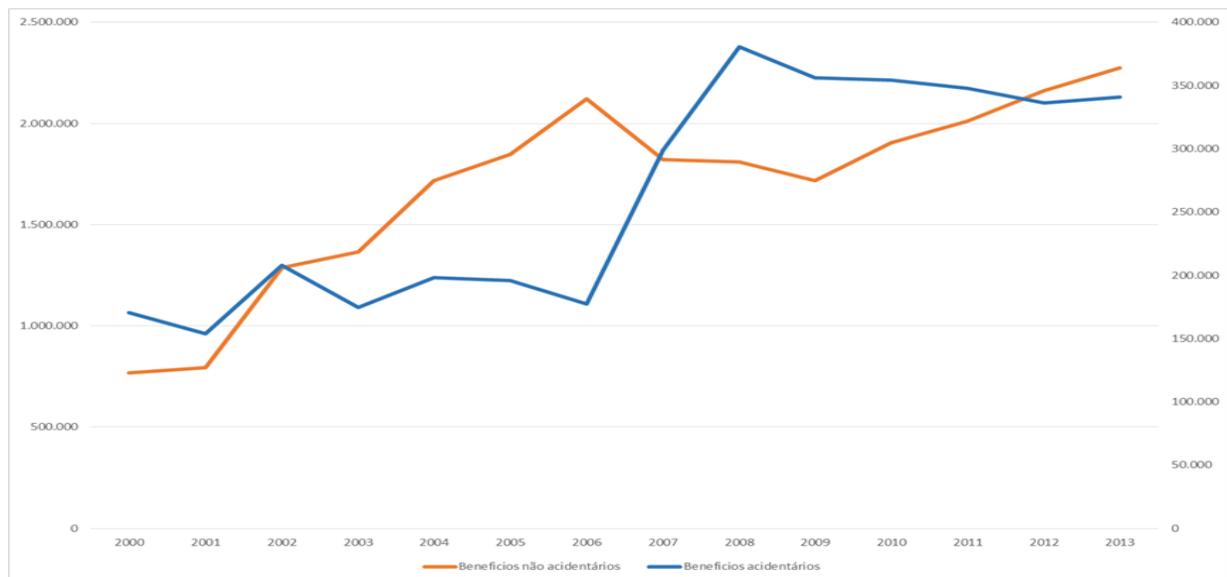
Espécie do Benefício	Número de benefícios concedidos	%	Tempo médio do Afastamento (em dias)	IFDD
	"A"	"B"	"C"	"D"
AUXILIO-DOENÇA NÃO ACIDENTÁRIO (B31)	23.602.073	86,47	271	22,35
AUXILIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO (B91)	3.357.044	12,3	221	25,94
APOSENTADORIA INVALIDEZ - ACIDENTÁRIO (B92)	132.812	0,49	2.726	27,66
PENSAO POR MORTE - ACIDENTÁRIO (B93)	24.536	0,09	3.683	23,01
AUXILIO POR ACIDENTE DO TRABALHO (B94)	178.475	0,65	3.523	10,81
Totais	27.294.940	100	301	24,81

Fonte: SUB/Ministério da Previdência Social (MPS)

"A" = Número total de benefícios concedidos no período; "B" = Proporção de benefícios concedidos; "C" = tempo médio do afastamento em dias (média ponderada); "D" = Valor médio pago pela Previdência Social por dia ao segurado.

De acordo com os valores descritos na tabela 02, observa-se que número de benefícios concedidos pela Previdência Social, no período de 2000 a 2013, soma um total de 27.294.940. Deste montante, 23.602.073, ou seja, 86,47%, foram benefícios não acidentários (B31), isto é, aqueles de natureza temporária e gerados pela morbidade geral que atinge os segurados da Previdência Social no Brasil. Enquanto os benefícios de natureza acidentária (B91; B92; B93; B94) representam apenas 13,53% dos benefícios totais pagos no referido período. Em média, a Previdência Social gasta aproximadamente por segurado R\$ 22,35 por dia referentes aos benefícios não acidentários e cerca de R\$ 21,85 por dia com os benefícios de caráter acidentário.

Gráfico 06. Distribuição temporal do número total de benefícios acidentários e não acidentários, Brasil de 2000 a 2013.



Fonte: SUB/Ministério da Previdência Social (MPS)

Considerando-se a composição do total dos benefícios pagos pelo MPS, gráfico 06, observa-se um incremento de 100% no número de benefícios de espécie acidentária (B91; B92; B93; B94) e de 197% nos de não acidentária (B31). Sendo que, no conjunto, este incremento foi, em média, 179%, totalizando em 2000 - 937.114 benefícios concedidos e em 2013 - 2.616.282 benefícios.

Tabela 03. Distribuição dos benefícios concedidos (totais e por espécie) pela Previdência Social no período de 2000 a 2013.

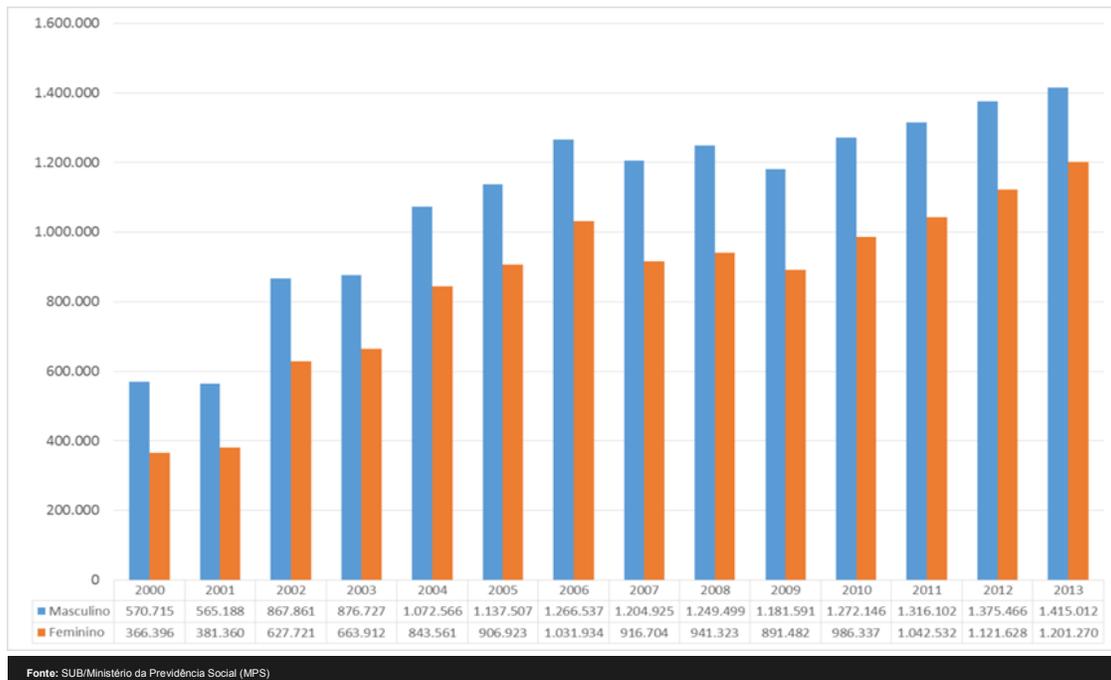
Anos	Benefícios Totais*	Benefícios não acidentários*	%	Benefícios acidentários	%
2000	937.114	766.591	81,8%	170.523	18,2%
2001	946.554	792.887	83,7%	153.667	16,2%
2002	1.495.583	1.287.704	86,1%	207.879	13,9%
2003	1.540.642	1.365.983	88,6%	174.659	11,3%
2004	1.916.129	1.718.179	89,6%	197.950	10,3%
2005	2.044.430	1.848.538	90,4%	195.892	9,6%
2006	2.298.471	2.121.134	92,2%	177.337	7,7%
2007	2.121.629	1.822.591	85,9%	299.038	14,1%
2008	2.190.822	1.810.073	82,6%	380.749	17,4%
2009	2.073.073	1.716.851	82,8%	356.222	17,2%
2010	2.258.483	1.904.146	84,3%	354.337	15,7%
2011	2.358.634	2.011.018	85,2%	347.616	14,7%
2012	2.497.094	2.160.899	86,5%	336.195	13,5%
2013	2.616.282	2.275.479	86,9%	340.803	13,0%
Variação	1,79	1,97	---	1,00	---
Total	27.294.940	23.602.075	86,47%	3.692.867	13,5%

Fonte: SUB/Ministério da Previdência Social (MPS)

* Os benefícios, referente as espécies B32 "Pensão por Invalidez não Acidentária" e B21 "Pensão por Morte não Acidentária" serão incluídos no próximo Boletim Epidemiológico.

Considerando-se a composição do total dos benefícios pagos pela Previdência Social, observa-se (tabela 03) uma redução na proporção anual dos benefícios de espécie acidentária em relação ao total, pois os da espécie não acidentária tiveram quase o dobro de crescimento no período considerado. No primeiro ano da série, eles respondiam por 18,2% do total pago, tendo atingido 7,7% em 2006 e se estabilizado na faixa dos 13% nos últimos dois anos da série.

Gráfico 07. Evolução do número de benefícios concedidos pela Previdência Social por sexo, Brasil no período de 2000 a 2013.



É possível observar no gráfico 07, a partir do recorte temporal nos anos de 2000 a 2013, que tanto em homens quanto em mulheres ocorreu um incremento significativo do número de benefícios neste período.

Em 2000, foram concedidos aos homens 570.715 benefícios e, em 2013, 1.415.012: um aumento médio de 148%. Enquanto que, para as mulheres, o incremento médio foi de 228%.

Tabela 04. Distribuição dos benefícios concedidos por sexo, Brasil de 2000 a 2013.

Sexo	Totais Benefícios*	%	Benefícios não acidentários	%	Benefícios acidentários	%
Masculino	15.371.842	56,32	12.641.345	82,24	2.730.497	17,76
Feminino	11.923.083	43,68	10.960.716	91,93	962.367	8,07
Totais	27.294.925	100	23.602.061	---	3.692.864	---

Fonte: SUB/Ministério da Previdência Social (MPS)

* A diferença em relação ao total apresentado na Tabela 3 deve-se à ausência do registro do sexo em 15 benefícios.

Quando desagregamos os benefícios por sexo do beneficiário (tabela 04), nota-se que os indivíduos do sexo masculino receberam um número maior de benefícios (56,32%) em comparação ao sexo feminino (43,68%), no período de 2000 a 2013. As mulheres representam numericamente proporções menores que os homens no universo dos benefícios totais pagos pela Previdência Social, particularmente no que tange aos benefícios de natureza acidentária. Entre os homens, os benefícios acidentários representaram 17,76% do total de benefícios pagos e entre os indivíduos do sexo feminino, este percentual foi de 8,07%.

Tabela 05. Distribuição dos benefícios totais pagos pela Previdência Social por ramos de atividade no Brasil no período de 2000 a 2013.

Ramos de atividade	Número de Benefícios concedidos	%
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	4.517.826	16,55
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	3.151.844	11,55
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1.660.584	6,08
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	1.234.992	4,52
CONSTRUÇÃO	1.160.638	4,25
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	1.129.632	4,14
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	757.192	2,77
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	703.890	2,58
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	480.475	1,76
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	397.149	1,46
EDUCAÇÃO	364.675	1,34
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	317.535	1,16
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	234.573	0,86
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	233.743	0,86
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	202.603	0,74
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	101.398	0,37
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	78.574	0,29
ELETRICIDADE E GÁS	50.581	0,19
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	43.519	0,16
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	1.803	0,01
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	809	0,00
SEM INFORMAÇÃO	10.470.905	38,36
TOTAIS	27.294.940	100,00

Fonte: SUB/Ministério da Previdência Social (MPS)

No que tange ao número de benefícios concedidos por ramo de atividade econômica, observa-se que a indústria de transformação responde pelo maior percentual do total de benefícios concedidos (16,5%), seguida pelo setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, com 11,55%. Destaca-se, no entanto, o elevado percentual de campos sem informação, que perfazem 38,36% (tabela 05).

Tabela 06. Distribuição dos benefícios de espécies não acidentários e acidentários pagos pela Previdência Social por capítulo do CID-10 no Brasil no período de 2000 a 2013.

CAPÍTULOS DO CID-10	Benefícios não acidentários	%	Benefícios acidentários	%	Total
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	513.621	2,18	12.943	0,35	526.564
Capítulo II - Neoplasias [tumores]	1.223.094	5,18	5.732	0,16	1.228.826
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	46.620	0,20	1.079	0,03	47.699
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	255.206	1,08	1.246	0,03	256.452
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	2.203.027	9,33	27.047	0,73	2.230.074
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	2.393.212	10,14	87.716	2,38	2.480.928
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	584.307	2,48	66.544	1,80	650.851
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	440.941	1,87	19.353	0,52	460.294
Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastoide	100.878	0,43	4.218	0,11	105.096
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	321.452	1,36	14.841	0,40	336.293
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	1.691.879	7,17	29.182	0,79	1.721.061
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	269.215	1,14	13.297	0,36	282.512
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	5.440.412	23,05	826.315	22,38	6.266.727
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	823.309	3,49	2.795	0,08	826.104
Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	5.027.722	21,30	2.256.260	61,10	7.283.982
Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério	577.363	2,45	531	0,01	577.894
Capítulo XVI - Algumas afecções originadas no período perinatal	1.180	0,00	73	0,00	1.253
Capítulo XVII - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	38.140	0,16	169	0,00	38.309
Capítulo XVIII - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	56.339	0,24	1.323	0,04	57.662
Capítulo XX - Causas externas de morbidade e de mortalidade	10.867	0,05	2.759	0,07	13.626
Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	1.084.196	4,59	34.260	0,93	1.118.456
Capítulo XXII - Códigos para propósitos especiais	04	0,00	00	0,00	04
Indefinido	330.452	1,40	218.163	5,91	548.615
Sem informação	168.637	0,71	67.021	1,81	235.658
TOTAIS	23.602.073	100,00	3.692.867	100,00	27.294.940

Fonte: SUB/Ministério da Previdência Social (MPS)

De 2000 a 2013 foram concedidos 3.692.867 de benefícios acidentário, onde, na tabela 07 estes estão distribuídos por grupo de causas CID-10. Observa-se que o grupo das “lesões, envenenamento, e algumas outras consequências de causas externa” (CAP XIX do CID-10) representam em média 61,10% (2.256.260 benefícios) entre todos os grupos de causa. Em segundo lugar, aqueles decorrentes das “doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo” (CAP XIII do CID-10) com 826.315 casos representando um percentual de 22,38%.

Em comparação aos benefícios não acidentários, ocorre uma inversão neste grupos representativos. No qual, o grupo que representa as “doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo” (CAP XIII do CID-10) aparece em primeiro lugar com um percentual de 23,05% (5.440.412) e em segundo lugar as “lesões, envenenamento, e algumas outras consequências de causas externa” (CAP XIX do CID-10) com 5.027.722 (21,30%), tabela 07.

2. REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

Trata-se do Regime de Previdência assegurado exclusivamente aos servidores públicos titulares de cargo efetivo, mantido pelos entes públicos da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Suas normas básicas estão previstas no artigo 40 da Constituição Federal e na Lei 9.717/98 (MPS, 2015). Este Regime é compulsório para o servidor público do ente federativo que o tenha instituído, com teto e subtetos definidos pela Emenda Constitucional nº 41/2003. Excluem-se deste grupo os empregados das empresas públicas, os agentes políticos, servidores temporários e detentores de cargos de confiança, todos filiados obrigatórios ao Regime Geral (MPS, 2015).

As informações do RPPS utilizadas na elaboração deste boletim foram fornecidas pelo MPS e são oriundas dos sistemas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foram utilizadas as 37 bases que continham as informações de afastamentos preenchidas, as quais, com uma única exceção, são do Poder Judiciário da União. Nestas bases, há informações de 94.284 servidores. Este é, sem dúvida, um fator limitante para a generalização dos achados aqui apresentados.

No período de 2000 a 2013, foram registrados entre os servidores cadastrados nas bases disponibilizadas pelo MPS cerca de 28.529 afastamentos no Brasil. Observa-se na tabela 07 um aumento significativo de 94% no número de afastamentos de 2000 (1.176) a 2013 (2.285).

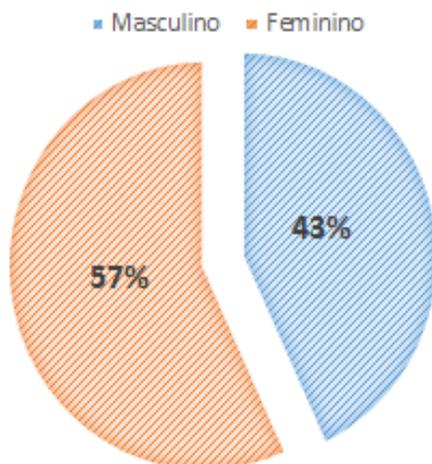
De acordo com a tabela 08, os servidores do sexo feminino foram proporcionalmente predominantes em relação àqueles do sexo masculino, com 56,9% e 43,1% respectivamente.

Tabela 07. Distribuição do número de afastamentos registrados nas bases do RPPS

Anos	Número de Licenças	Variações Percentuais	%
2000	1.176	---	4,10
2001	1.169	-0,01	4,10
2002	1.009	-0,14	3,50
2003	1.569	0,56	5,50
2004	1.342	-0,14	4,70
2005	1.336	0,00	4,70
2006	1.651	0,24	5,80
2007	2.238	0,36	7,80
2008	2.505	0,12	8,80
2009	2.502	0,00	8,80
2010	2.664	0,06	9,30
2011	3.388	0,27	11,90
2012	3.695	0,09	13,00
2013	2.285	-0,38	8,00
Total	28.529	---	100,00

Fonte: MPOG/Ministério da Previdência Social (MPS)

Tabela 08. Número de afastamentos registrados nas bases do RPPS disponibilizadas pelo MPS, por sexo no Brasil, no período de 2000 a 2013.



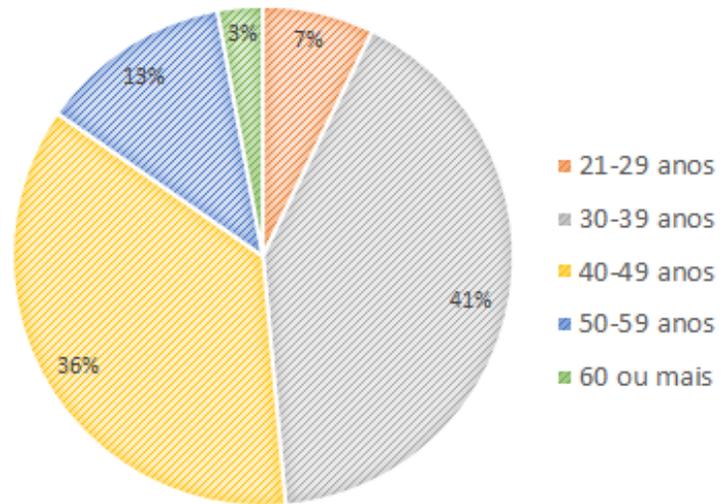
Sexo	Frequência	%
Masculino	12.292	43,1
Feminino	16.237	56,9
Total	28.529	100

Fonte: MPOG/Ministério da Previdência Social (MPS)

Tabela 9. Número de afastamentos registrados nas bases do RPPS disponibilizadas pelo MPS, por faixa etária, no Brasil, no período de 2000 a 2013.

Faixa Etária	Frequência	%
0-20 anos	6	0,00
21-29 anos	2.065	7,20
30-39 anos	11.789	41,30
40-49 anos	10.304	36,10
50-59 anos	3.532	12,40
60 ou mais	833	2,90
Total	28529	100

Fonte: MPOG/Ministério da Previdência Social (MPS)



A distribuição destes afastamentos por faixas etárias, mostra que, no período de 2000 a 2013, as faixas que mais se destacam são as idades de 30 a 39 anos, com 41,3% do total, e de 40 a 49 anos, registrando 36,10% dos afastamentos totais nos anos estudados (tabela 9).

COLABORAÇÃO